O problema de Khalilur Rahman

El problema de Khalilur Rahman

The problem of Khalilur Rahman

Santiago Alcázar

Resumo: "Melhor juntos: 80 anos mais para a paz, desenvolvimento e direitos humanos" e "Restaurando a confiança, controlando a transformação: uma Organização que atenda a todos" são os temas da 80ª e da 81ª sessão da AGNU, respectivamente. O que há entre esses dois períodos? Uma ponte? A promessa de um novo começo, que começa com um projeto de reforma? Qual é o problema com o qual a Organização terá que se haver com máxima urgência frente às dramáticas circunstâncias do presente? Essas e outra perguntas são o objeto do presente artigo.

***Resumen**: "Mejor juntos: 80 años más para la paz, el desarrollo y los derechos humanos" y "Restaurando la confianza, controlando la transformación: una Organización que atienda a todos" son respectivamente los temas de la 80ª y de la 81ª sección de la AGNU. ¿Qué hay entre esos dos periodos? ¿Un puente? ¿La promesa de un nuevo comienzo, que empieza con un proyecto de reforma? ¿Cuál es el problema con el cual tendrá que atenerse la Organización con la urgencia exigida por las actuales circunstancias dramáticas? Esas y otras preguntas son el objeto del actual artículo.*

***Summary:** "Better together:* 80 years and more for peace, development and human rights" and "Restoring trust, managing transformation: a United Nations that delivers for all" are the themes of the 80th and 81st UNGA sessions. What is there between those two periods? A bridge? The promise of a new start, that begins with a reform project? What is the main issue that must be considered by the Organization with the urgency demanded by today's dramatic circumstances? These and other questions are the point of this article.



Em cerimônia realizada em 8 de setembro na sede da Organização das Nações Unidas, encerrou-se a 80ª sessão ordinária da AGNU. Na mesma ocasião deu-se início à 81ª sessão. A Presidente da sessão anterior, Annalena Baerbock, da Alemanha, entregou o malhete de madeira da Islândia ao seu sucessor, *Khalilur Rahman, de Bangladesh, novo Presidente da AGNU.*

Desde 2002, os presidentes da Assembleia devem propor um tema para estruturar os pronunciamentos dos Chefes de Estado ou de Governo na 3ª semana de setembro, que é quando inicia de fato o período de reuniões de alto nível.

O tema escolhido para a 80ª sessão foi "*Melhor juntos: 80 anos mais para a paz, desenvolvimento e direitos humanos*". A homenagem ao multilateralismo foi bem recebida num momento em que as críticas ao multilateralismo se fazem mais vocais e mais grosseiras. Basta olhar para trás, para o caminho percorrido, para dar-se conta da enormidade de realizações que

somente foram possíveis mediante o consenso do conjunto de nações unidas em torno ao propósito de resolver as dificuldades interpostas de maneira conjunta. É preciso insistir sobre este ponto. A agenda da Assembleia Geral, que o leitor curioso poderá consultar no site da Organização, reúne temas que impactam e afetam a todos os países. Com efeito, meio ambiente, energia, indústria, comércio, transporte, economia, finanças, guerra, migrações e saúde — são pontos interconectados de uma rede de complexidades crescente, que se desdobram nos 179 itens de agenda da AGNU. Imaginar que se pode avançar sobre qualquer um desse itens de agenda de maneira isolada, unilateral, sem participação coletiva é uma ilusão e uma perda de tempo precioso. "*Melhor juntos*", nesse contexto, capta bem a ideia de uma caminhada acidentada, não sem dificuldades, mas afinal exitosa, ao tempo em que acena com um convite para continuar unidos na trilha incerta à frente. Como recordou Annalena Baerbock ao despedir-se do cargo, não obstante as falhas, os erros e, talvez, um sentimento de fracasso, nenhum dia teria sido melhor sem as nações unidas na Organização das Nações Unidas.

É indiscutível o sentimento de frustração de muitos com respeito à capacidade de resolução de problemas de uma Organização que apresenta sinais de desgaste e envelhecimento. O aumento da burocracia representa um peso que retira agilidade; o corte no orçamento compromete o desempenho de suas funções. O resultado é que no amontoado de crises superpostas, a entrega de resultados, diante da urgência do momento, fica muito aquém do esperado.

A necessidade de reforma salta aos olhos. Ninguém nega que é preciso adequar a Organização aos desafios de hoje. O problema é que a necessidade de modernizar não se limita somente à Organização. Com efeito, ademais dessa é preciso fazer o mesmo com o Sistema Nações Unidas, que é o universo de agências especializadas, programas e fundos[1], que vieram à luz a partir de 1945 à medida em que foram surgindo novas necessidades a serem tratadas por novas instituições com funções e mandatos específicos. Coordenar ações dos distintos secretariados, que têm funções distintas, mandatos diferentes e orçamentos específicos — é tarefa complexa. No presente, ninguém sabe como levar adiante a reforma supostamente necessária. Tampouco se sabe o que se ganhará e se perderá no processo. Muitos, senão todos, esperam, que a transformação seja controlada pelos Estados membros, mas nem sequer algo tão óbvio como isso pode ser garantido.

A *Iniciativa UN80*, por exemplo, que é a matriz da reforma para todo o Sistema Nações Unidas, não inclui o Banco Mundial, nem o FMI, as duas instituições criadas em Bretton Woods para apoiar, por um lado, o desenvolvimento e a redução da pobreza e, por outro, garantir a estabilidade macroeconômica global, respectivamente. É curioso que a única referência às finanças nos debates sobre reforma da estrutura multilateral seja o Compromisso de Sevilha, que é uma declaração política para alinhar a necessária reforma da arquitetura financeira internacional ao Pacto para o Futuro pela via da Agenda 2030. Levar adiante debates sobre reforma da estrutura multilateral sem algo mais sólido que uma declaração sobre finanças, sobre a qual tiveram influência lobistas do setor das finanças, parece algo fadado, senão ao fracasso, a ilusões fantasiosas de pouco valor.

O tema escolhido para a 81ª sessão — "*Restaurando a confiança, controlando a transformação: uma Organização que atenda a todos"* — faz uma ponte com o anterior período

[1] O leitor interessado poderá informar-se sobre o organograma das Nações Unidas visitando o site da Organização.

ao indicar que para realizar a esperança de “80 anos mais para a paz, desenvolvimento e direitos humanos” é crucial restaurar a confiança que se perdeu. Seria simplório pretender afirmar que a confiança se perdeu por conta das rachaduras que começaram a aparecer nas paredes da velha estrutura, que não são graves, uma vez que não afetam a solidez dos três pilares fundamentais sobre os quais se erguem a Organização e todas as demais unidades do Sistema Nações Unidas: paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento.

A falta de confiança não procede de alguma falha estrutural dos pilares, mas de políticas e ações que unilateralmente puseram, e põem, de lado o respeito ao conjunto de acordos internacionais e aos princípios e valores do direito internacional para agir em benefício próprio. É evidente que haja falta de confiança com uma Organização incapaz de fazer frente a ações unilaterais — aplicação de sanções econômicas ou comerciais ou execução extraterritorial de leis nacionais — ademais de atos de uso da força não sancionados por ela. Ninguém ignora, a não ser alguns jejunos, que a Organização e o Sistema servem mais aos que detém poder, uma vez que foram criados com esse propósito.

Os primeiros 80 anos foram possíveis porque havia um certo recato, um certo decoro que não contestava a confiança depositada no valor da ordem internacional estabelecida e por todos reconhecida e respeitada. A hipocrisia era reconhecida, mas não estorvava o funcionamento da Organização ou do Sistema. A Guerra Fria estendeu um terreno fértil para ações fora da lei — roubos de documentos e assassinatos —, mas sem perturbar a ordem.

Hoje roubam-se países inteiros, cometem-se assassinatos em escala industrial e pratica-se genocídio a céu aberto, sem causar tsunamis de protesto e indignação capazes de mudar o curso dos acontecimentos — porque se pode. Não há interdições. O campo está aberto para todo tipo de ilícitos. Ninguém será condenado. Ninguém irá ao inferno. A força permite tudo a quem a possui.

Que sentido tem especular sobre a reforma das Nações Unidas, o foro multilateral por excelência para tentar alcançar entendimentos e consensos sobre temas de alcance global e avançar de modo civilizado para o encaminhamento de soluções quando existe a possibilidade de que os negociadores de plantão do exercício possam ser assassinados? Não foi isso que aconteceu com negociadores que tentavam alcançar a paz?

Em todo caso, o Presidente da 81ª AGNU, *Khalilur Rahman*, parece entender que o processo de reforma precisa ser controlado, presume-se pelos próprios Estados membros. Mas é preciso ir além e reclamar que o coletivo original inscrito no preâmbulo da Carta — “Nós, os povos” — se faça representar pela sociedade civil organizada. Não há motivo para acreditar que a confiança será resgatada pela ação de governos que deixaram que ela se apagasse. É preciso entender que as nações unidas na Organização das Nações Unidas são os governos e a sociedade de nações unidas — os povos diretamente impactados por políticas e estratégias às vezes alheias aos seus interesses.

Como Presidente da 81ª sessão da AGNU, o Senhor Rahman não pode tudo. Não pode por si só levar adiante a reforma necessária para resgatar a confiança sem comprometer os três pilares e o reconhecimento e respeito dos acordos internacionais e do direito internacional. Poderá, no entanto, usar a sua voz e seu prestígio para insistir até a exaustão com a atenção a suas prioridades anunciadas quando assumiu o cargo, que são, ou deveriam ser, as de todos que creem no valor do multilateralismo e na importância das Nações Unidas:

- Silenciar as armas/ampliar a voz dos excluídos: paz, segurança e justiça para todos;
- Não deixar ninguém para trás/não deixar nenhum país de fora: desenvolvimento sustentável por meio da aceleração dos ODS
- Nosso planeta/nosso pacto: resiliência climática e sustentabilidade do meio ambiente;
- Direitos e proteção: direitos humanos, ação humanitária, proteção aos refugiados e migrantes;
- Inovação e inclusão: governança digital, Inteligência Artificial, com proteção para as próximas gerações;
- Reimaginar "Nós, os povos": multilateralismo renovado; reforma da Organização com governança inclusiva.

O novo Presidente da 81ª sessão da AGNU terá de haver-se com a eleição do novo Secretário(a)-Geral da Organização. Não está claro como se desenrolará essa novela sem igual. Enquanto o Senhor Rahman presidir a AGNU tentando fazer ouvir a sua voz no tumultuo da superposição de crises estridentes, o novo, a nova, comandante da Organização é quem terá de conduzir os trabalhos do Secretariado para apoiar as decisões dos Estados membros e, *hopefully*, os da sociedade civil organizada e devidamente representada nos debates.

É possível que a *Inteligência Artificial* seja o tema central da 81ª AGNU, pela aceleração exponencial de seu desenvolvimento e crescentes capacidades, bem como pelas consequências que acarreta esse avanço tecnológico para a humanidade como um todo.

IA com a missão de auxiliar em processos de decisão complexos — ajudar a decidir qual é o melhor material, o melhor desenho, a melhor forma de produzir sem gasto excessivo de energia — insere-se no universo de invenções para melhorar a qualidade de vida de que são exemplo a lâmpada elétrica, a água encanada, o esgoto, o transporte de massa, medicamentos, vacinas, computador, Internet e assim por diante. Essa IA auxiliar pode, com efeito, melhorar a qualidade de vida e não representa risco ou ameaça.

A IA militarizada, *weaponized*, evidentemente representa riscos e ameaças pelo enorme poder destrutivo encerrado em suas capacidades tecnológicas. Essa IA é em realidade a mais nova arma de destruição do arsenal militar e deveria ser banida, assim como armas nucleares, químicas ou bacteriológicas, ambas proibidas por convenção ou as minas antipessoal, proibidas pelo Tratado de Otawa, ou as bombas de fragmentação, banidas pela Convenção de Oslo. De nada serve, pelo visto, proibir o uso de armas. A força tem necessidades que a razão e o coração desconhecem, como se sabe.

Ao lado dessas duas IAs há uma terceira que deveria preocupar porque representa uma ameaça existencial. Nessa IA o acento recai somente na Inteligência, sem necessariamente pousar no proposito de auxiliar. Essa é a ameaça. "Nada do que é humano me é estranho", diz o adágio de Terêncio. Porque somos humanos reconhecemos nossas pegadas na arte, na literatura, na política, na guerra e na bestialidade, bem como no amor. A IA que nos ameaça não é humana, ainda que nos imite à perfeição. O problema é que essa IA, à diferença da anterior, não tem uma missão, mas uma ambição. A distinção é crucial.

Por enquanto essa IA, que tem ambição, imita o que fazemos para apreender. Por que fazemos o que fazemos, de uma maneira e não de outra? O que entra nas decisões que tomamos e quanto tempo nos leva a escolher algo, talvez de maneira incerta, para voltar e decidir pelo

oposto? A Inteligência não humana procura imitar-nos até não mais ser possível sabemos a diferença se ela é ou não humana. Com que propósito? Alcançar um nível tecnológico único e extraordinário capaz de desvendar os segredos do universo, o mistério da vida, a razão pela qual estamos aqui. Criar um deus artificial, onisciente, onipresente, onipotente, como o Deus da Bíblia; mas à diferença desse que matamos porque não nos servia, um que atenda aos anseios dos que deterão a tecnologia, porque é preciso, afinal, manter a distinção de classes para manter a ordem. Controlar a divindade é um antigo sonho desde o tempo das pirâmides e talvez muito antes, mas agora surge um problema.

A inteligência humana, como se sabe, resiste a toda tentativa de ser submetida a controles. A IA não humana, não faria o mesmo pelo fato de ser Inteligência? Há alguma dúvida que esse é o tema central da 81ª sessão da AGNU?